CAS Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 00.958.378/0001-00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.085.279	25.650.136
Contas a receber	6	15.017.195	21.924.457
Estoques	7	21.747.399	15.888.249
Tributos a recuperar	8	1.760.789	2.791.073
Adiantamentos	9	407.189	78.748
Partes relacionadas	18	8.000.000	–
		76.017.851	**66.332.664**
Não circulante			
Outras contas a receber		41.315	40.548
Aplicações financeiras	5	–	470.706
Imobilizado	10	3.527.260	2.687.309
Intangível	11	136.402	166.749
		3.704.977	**3.365.313**
Total do ativo		**79.722.828**	**69.697.977**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota explicativa**	**2025**	**2024**
Passivo circulante			
Financiamentos	12	–	469.686
Arrendamento mercantil	13	948.611	821.598
Fornecedores	14	2.225.728	1.463.752
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	2.628.673	3.363.235
Obrigações fiscais	16	390.187	1.929.963
Obrigações trabalhistas	17	2.308.152	2.139.286
Dividendos	21. c)	4.994.388	4.978.656
Outras obrigações	20	1.678.455	2.127.417
		15.174.194	**17.293.593**
Não circulante			
Dividendos	21. c)	19.359.038	–
Arrendamento mercantil	13	1.696.389	1.213.795
Provisão para demandas judiciais	19	–	350.436
		21.055.427	**1.564.231**
Patrimônio líquido	21		
Capital Social		28.685.818	28.560.041
Reserva de capital		9.070.225	33.061
Reservas de lucros		5.737.164	22.247.051
		43.493.207	**50.840.153**
Total do passivo e patrimônio líquido		**79.722.828**	**69.697.977**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**28.560.041**	**33.061**	**4.274.730**	**10.173.960**	**–**	**43.041.791**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	20.962.763	**20.962.763**
Constituição de reserva de Legal	–	–	1.048.138	–	(1.048.138)	**–**
Retenção de lucros	–	–	–	8.296.315	(8.296.315)	**–**
Dividendos propostos	–	–	–	–	(4.978.656)	**(4.978.656)**
Dividendos antecipados Classe B	–	–	–	(1.546.092)	(6.639.654)	**(8.185.746)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**28.560.041**	**33.061**	**5.322.868**	**16.924.183**	**–**	**50.840.153**
Aumento de Capital Social	125.777		–	–	–	**125.777**
Reserva de capital		9.037.164				**9.037.164**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	23.913.141	**23.913.141**
Constituição de reserva de Legal	–	–	414.296	–	(414.296)	–
Reversão de dividendos	–	–	–	5.094	–	**5.094**
Dividendos aprovados	–	–	–	(16.929.277)	(16.461.313)	**(33.390.590)**
Dividendos aprovados Classe B	–	–	–	–	(7.037.531)	**(7.037.531)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**28.685.818**	**9.070.225**	**5.737.164**	**–**	**–**	**43.493.207**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional, líquida	22	**90.287.455**	**79.811.504**
Custo dos produtos e serviços	23	(41.239.146)	(34.869.357)
Lucro bruto		**49.048.309**	**44.942.147**
Despesas administrativas e gerais	24	(25.946.844)	(23.214.723)
Outras receitas	26	6.093.757	5.508.306
Despesas operacionais		**(19.853.087)**	**(17.706.416)**
Lucro antes das outras receitas		**29.195.222**	**27.235.731**
Receitas financeiras	25	4.737.946	2.554.898
Despesas financeiras	25	(911.272)	(483.925)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**33.021.896**	**29.306.705**
Imposto de Renda e Contribuição Social	27	(9.108.754)	(8.343.942)
Lucro líquido do exercício		**23.913.142**	**20.962.763**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**23.913.142**	**20.962.763**
Total do resultado abrangente do exercício	**23.913.142**	**20.962.763**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**23.913.142**	**20.962.763**
Ajuste de itens do resultado que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	873.029	759.194
Valor residual do ativo imobilizado alienado	7.703	35.090
Estimativa de perda dos estoques por obsolescência	410.804	673.835
Provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.582)	17.818
Reversão de provisão para demandas judiciais	(350.436)	–
Apropriação de juros sobre arrendamento mercantil	13.735	278.181
Apropriação de juros sobre empréstimos	282.504	32.776
	25.148.899	**22.759.657**
Variações patrimoniais – ativo e passivo		
Contas a receber	6.908.845	(12.407.926)
Adiantamentos	(328.440)	56.751
Tributos a recuperar	1.030.284	(1.179.776)
Estoques	(6.269.953)	1.530.834
Fornecedores	761.976	318.426
Tributos a recolher	(10.508.729)	(336.592)
Salários a pagar	168.866	249.794
Outras contas a receber	469.939	–
Outras obrigações	160.552	1.069.368
Caixa proveniente das operações	**17.542.239**	**12.060.536**
Juros sobre empréstimos pagos	(13.735)	(32.776)
Juros sobre arrendamento mercantil	(282.504)	(278.181)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	8.234.389	4.133.968
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.938.150**	**3.823.011**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.690.245)	(358.692)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(1.690.245)**	**(358.692)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Capital Social	125.777	–
Amortização de empréstimo	(469.686)	(939.372)
Conta corrente entre companhias	(8.000.000)	–
Pagamento de dividendos	(12.011.093)	(8.218.676)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(20.355.002)**	**(9.158.047)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.435.142**	**6.366.808**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	25.650.136	19.283.328
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	29.085.279	25.650.136
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.435.142**	**6.366.808**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: CAS Tecnologia S.A. ("CAS" ou a "Companhia") é uma Companhia de Capital Fechado que aplica tecnologia, ciência e engenharia para desenvolver soluções que resolvem problemas críticos para os seus clientes, contribuindo para melhorar a eficiência em processos corporativos, governança e sustentabilidade, em vários segmentos, tais como: serviços públicos (eletricidade, água e gás), ambientais, financeiros, telecomunicações e projetos do governo. Com compromisso de qualidade técnica e comercial em todos os seus projetos, a CAS tem participado da solução de problemas de alta relevância para as empresas e para a sociedade. Seja pela presença de seus produtos e serviços em milhares de cidades de norte a sul do Brasil, participando do cotidiano de milhares de famílias, ou promovendo tecnologias brasileiras com sucesso em outros países do mundo, a CAS desempenha de maneira ativa e dedicada a tarefa de resolver questões de natureza crítica em segmentos vitais para a sociedade como concessionárias de serviços públicos (energia, água e gás), meio-ambiente, financeiro, telecomunicações e governo, gerando projetos de valor para seus clientes. A CAS possui equipe técnica de alto nível acumula experiência em projetos de grande porte em diversos segmentos e áreas de engenharia, desenvolvendo projetos de fabricação e integração de equipamentos e sistemas. As soluções CAS atendem com uma visão multidisciplinar e de maneira completa os problemas reais de clientes e da sociedade. O seu portfólio é abrangente e podemos destacar a fabricação de equipamentos da linha RS2000 para automatização, monitoramento e coleta de dados de medição por meio de tecnologias IoT, redes inteligentes para telemetria e telemedição. Desenvolvimento de sistemas, integrados ou não ao hardware da linha RS2000, para gestão de dados da medição, automação de faturamento e análise de dados por meio de tecnologias de redes neurais. Prestação de serviços de consultoria aos sistemas e equipamentos próprios, infraestrutura crítica de TI e integração de sistemas. Em 2018 iniciaram projetos direcionando suas plataformas e criando produtos para IoT (*Internet of Things*), visando a expansão do mercado e possibilidades tecnológicas para a Companhia. A Companhia está domiciliada no Brasil. Sua Sede está localizada em São Paulo: Rua Dias Leme, nº 130 – Mooca, São Paulo. Sendo aprovada as demonstrações para uso pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026. **1.1. Impactos da reforma tributária:** A reforma tributária sobre o consumo aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada por legislação complementar subsequente estabelece a substituição gradual do atual sistema de tributação indireta por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, composto por: • **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS):** de competência federal, substituindo PIS e COFINS; • **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS):** de competência estadual e municipal, substituindo ICMS e ISS. O novo modelo busca simplificação do sistema tributário, maior transparência na carga tributária, não cumulatividade plena, tributação no destino e redução de distorções setoriais. A companhia aderiu às regras de envio de documentos fiscais em ambiente de testes em 2026, conforme cronograma das administrações tributárias, realizou as adequações sistêmicas em seu ERP para contemplar layouts, campos e regras de apuração do novo modelo. A falta de definição das alíquotas causa uma incerteza com relação aos valores a serem praticados nos contratos de fornecimento, mas existem cláusulas de equilíbrio em caso de mudanças tributárias no decorrer da contratação, garantindo a rentabilidade negociada. A alteração na dinâmica de créditos e débitos tributários em função da não cumulatividade plena, terá impacto no capital de giro durante a fase de transição, necessitando revisão periódica nas projeções de margem e fluxo de caixa. O acompanhamento contínuo da evolução normativa e poderá ajustar as estratégias conforme o avanço da regulamentação. **2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação**: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados. A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com "BR GAAP" exige o julgamento no exercício de gestão e na aplicação das políticas contábeis da Companhia. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), o Real. As declarações são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação da Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos (com risco insignificante de mudança de valor). **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação**: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação é efetuada com base no modelo de negócios da Companhia na gestão dos ativos e nas características do fluxo de caixa contratual do ativo financeira. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado como custo amortizado quando o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro a fim de coletar fluxos de caixa contratuais e quando os termos contratuais do ativo financeiro geram fluxos de caixa que são somente de principal e juros sobre o valor do principal em aberto em uma data especificada. **2.5. Clientes:** São os montantes devidos por clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal dos negócios da Companhia. Se o recebimento é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativos circulantes. Se não, eles são apresentados como ativos não circulantes. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O custo é determinado usando o método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados e em curso inclui os custos das matérias-primas. Em cada data de balanço, os estoques são avaliados quanto a perda por realização. Se for identificada uma perda estimada, é reconhecida imediatamente no resultado. **2.7. Tributos a recuperar:** A Companhia efetua análises periódicas sobre os saldos dos créditos relativos a impostos a recuperar, para a tomada de medidas preventivas que visam a realização destes créditos e evitar que os saldos excedam sua capacidade de realização. **Incentivos fiscais:** Com a aprovação da Lei nº 13.969 de dezembro de 2019, em abril de 2020, passaram a vigorar novas disposições para as Leis da Informática e PADIS. Dentre as mudanças, trazidas pela nova legislação, estão a alteração do incentivo de redução do IPI. A nova lei que retirou o incentivo, implementou um novo benefício fiscal, que será aproveitado por meio de crédito financeiro que leva em conta o valor do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas (PD&I), e o valor do faturamento de produtos que cumpram as regras do processo produtivo básico (PPB) – Lei nº 8.248/91. No expediente da lei o referido crédito financeiro deve ser utilizado para abater os valores de imposto de renda e contribuição social, bem como na compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal. A Companhia obteve um crédito gerado em 2025 no montante de R$ 6.111.759 (R$ 5.561.214 em 2024) conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26. O Decreto nº 12.808, de 29 de dezembro de 2025, e a Instrução Normativa RFB nº 2.305, de 31 de dezembro de 2025, estabeleceram disposições acerca da redução de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos pelo Governo Federal, no contexto do reordenamento do sistema tributário nacional. No que se refere especificamente aos incentivos relacionados à Lei de Informática, a Companhia avaliou preliminarmente os referidos normativos e observa que: • O benefício fiscal relativo ao crédito financeiro da Lei de Informática permanece vigente, não tendo sido identificado, até o momento, dispositivo que determine sua revogação ou extinção; • O crédito financeiro apurado continua passível de utilização para compensação com tributos federais, incluindo IRPJ e CSLL, observadas as condições e limites previstos na legislação aplicável; • Considerando a transição do sistema tributário sobre o consumo, com a extinção gradual das contribuições ao PIS e à COFINS, tais créditos deixam de ser utilizados para quitação desses tributos. A Companhia acompanha a evolução normativa acerca da possibilidade de utilização desses créditos para compensação com a CBS ou outros tributos que venham a substituí-los. A Administração mantém acompanhamento contínuo da regulamentação aplicável à Lei de Informática e seus desdobramentos, e eventuais alterações de interpretação ou de legislação poderão impactar a forma de utilização futura dos créditos. Até a presente data, com base na análise efetuada, não foram identificados impactos materiais que alterem o reconhecimento e a mensuração dos créditos registrados nas demonstrações financeiras. **2.8. Outros ativos circulantes:** Outros ativos circulantes são apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes proveitos auferidos até as datas dos balanços. **2.9. Imobilizado:** Propriedade, instalações e equipamentos estão demonstrados pelo custo histórico e a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos irão fluir para a Companhia e podem ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são debitados à demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Vida útil econômica:** • **Instalações e equipamentos:** 10 anos; • **Computadores e periféricos:** 05 anos; • **Veículos:** 05 anos. Os valores residuais dos imobilizados e as vidas úteis são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada período de relatório. Nesse exercício não foram identificados indícios que requeressem estudo para revisão. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.10. Arrendamento mercantil:** No exercício de 2025, a Administração da Companhia registrou no ativo imobilizado o valor de R$ 2.591.875 decorrente das operações de arrendamento mercantil. Em contrapartida ao reconhecimento do ativo, foi registrado um passivo de arrendamento mercantil de mesmo valor, segregado entre passivo circulante e passivo não circulante. **(i) Direito de Uso do Ativo de arrendamento Mercantil:** A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. **(ii) Provisão com arrendamento mercantil:** Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é de 12,25%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Os custos estimados de desmobilização não são significativos e, portanto, não foram considerados no custo de formação do ativo e do passivo, sendo que os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando a perspectiva da Administração em continuar suas operações com o ativo. Não foram identificados quaisquer contratos com prazos inferiores a doze meses ou com um ativo identificável com valor de mercado irrelevante. **2.11. Ativo intangível:** Marcas adquiridas separadamente e licenças são inicialmente avaliados pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, marcas e licenças, com uma vida útil finita são contabilizados pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear para alocar o custo das marcas e licenças em relação à vida útil econômica estimada, como segue: **Vida útil econômica: • Software:** cinco anos. Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), são registrados como despesas, quando incorridos, pois, se trata de manutenção da estrutura de tecnologia e de software, atendendo os requerimentos técnicos contábeis. Os desenvolvimentos de softwares, são identificados e considerados como ativo intangível quando atende os requerimentos de existência de controle sobre o ativo da Companhia, existência de viabilidade econômica futura, em que possibilite benefício econômico futuro. Quando aplicável, são registrados pelo montante do gasto realizado, até limite de recuperação futura. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros, exceto para estoques e ativos ao justo valor, são revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por valor recuperável. Onde há qualquer indicação de que um ativo possa apresentar perda por valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido atribuído) é testado para *"impairment"*, comparando-a com o futuro dos fluxos de caixa descontados estimados a serem gerados por esse ativo ou UGC. Se o valor contábil é maior, uma perda por perda por valor recuperável é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos de um ativo para vender e seu valor em uso com base nos fluxos de caixa descontados. Para efeitos de avaliação do *"impairment"*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Exceto o ágio, os ativos não financeiros, que tenham sofrido *"impairment"*, são revisados para uma possível reversão do *"impairment"* na data do balanço. **2.13. Contas a pagar/fornecedores:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido em um ano ou menos. Se não, elas são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **2.14. Empréstimos/financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período dos empréstimos, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de relato. Ambos os custos gerais e específicos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que requer um período substancial para ficar pronto para o seu uso pretendido ou venda são capitalizados como parte do custo desse ativo, quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia e os custos podem ser mensurado de forma confiável. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas financeiras no período em que são incorridos. **2.15. Provisões:** As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando: **(i)** A Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; **(ii)** Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** O valor pode ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras. Sempre que há uma série de obrigações similares, a probabilidade de que um desembolso será exigido na liquidação é determinado considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão por decurso do tempo é reconhecido como despesa de juros. **2.16. Patrimônio líquido:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de tributos. Quando a Empresa consolidada recompra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reeditada. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e os efeitos de imposto de renda e contribuição social relacionado, está incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros resultará da transação e quando foram atendidos critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** A principal linha de produtos é projetada e desenvolvida por uma equipe de especialistas para promover a aplicação de tecnologias avançadas em operações complexas de distribuição de energia, distribuição de água e distribuição de gás. A Linha RS2000 oferece equipamentos que incorporam tecnologias sofisticadas que fornecem comunicações móveis de processamento, com o objetivo de gestão, controle, monitoramento ou equipamentos de vigilância atribuída pela distância física. Os principais produtos são: • RS 2000 Lite DS; • RS 2000 Standard; • RS 2000 E-Control. A receita de vendas é reconhecida quando a Companhia transfere os riscos e benefícios significativos da propriedade para o comprador e é provável que a Companhia receberá o pagamento acordado. Estes critérios são considerados quando é entregue ao comprador. **(b) Prestação de serviços: • Serviços profissionais:** novas tecnologias foram incorporadas ao mercado de eletricidade relacionado com a gestão e controle da distribuição de energia. Este novo cenário alavanca resultados significativos no trabalho de medição, análise e TI, contando com recursos operacionais e de gestão para promover ações rápidas e assertivas. A fim de cooperar com os utilitários neste cenário, CAS desenvolveu um conjunto completo de serviços com atividades que abrangem diferentes áreas do ciclo de negócios. O objetivo é garantir a implementação, administração e manutenção da infraestrutura tecnológica adequada, permitindo utilitários para manter o foco em suas operações. A receita de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado ao cliente. **(c) Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Quando um empréstimo e instrumento a receber é prejudicado, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, sendo o fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para determinar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.18. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do ano com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/reunião do Conselho de Administração. **3. Estimativas e julgamentos:** As estimativas contábeis e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas contábeis resultantes, por definição, não serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro estão relacionados principalmente ao reconhecimento de receita, conforme detalhado na Nota Explicativa no 2.16. **4. Novas normas e práticas contábeis:** A seguir, elencamos as normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas que ainda não estão vigentes no Brasil: Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

CAS Tecnologia S.A.

para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) CPC 51 (IFRS 18) Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que elas são emitidas pelo IASB, bem como quando estiverem integralmente convertidas nos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	2025	2024
Caixa e equivalentes	**689.586**	**3.042.558**
Caixa	–	1.449
Banco Itaú S.A.	606.755	3.005.826
Banco do Brasil S.A.	82.826	19.257
Banco Safra S.A.	6	16.026
Aplicações (curto prazo)	**28.395.693**	**23.078.284**
Banco Itaú S.A.	24.273.550	16.652.088
Banco do Brasil S.A.	265.553	237.176
Banco Safra S.A.	3.856.589	5.718.314
Total	**29.085.279**	**25.650.136**

• Aplicações (curto prazo): são aplicações com prazos de duração indeterminados, com disponibilidade imediata e classificados como "DI referenciado", em que obtém o mesmo retorno que o Certificado de Depósito Interbancário (100% da Taxa CDI). Em 2025 a Companhia possuía um saldo de R$ 28.395.693 referente a aplicações financeiras em banco de primeira linha, com a remuneração mencionada na acima, sem nenhuma restrição de resgate. Havia no ano de 2024 uma fiança com garantia de aplicação financeira no valor de R$ 470.706, porém, o financiamento obtido junto ao BNDES para desenvolvimento de novo produto conforme demonstrado na Nota Explicativa n° 12 foi quitado durante esse exercício. **6. Contas a receber:**

Descrição	2025	2024
Vendas de produtos faturados	10.013.493	13.442.332
Prestação de serviços faturados	5.162.853	8.642.860
(–) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(159.152)	(160.735)
	15.017.195	**21.924.457**

(a) ***Aging list*** **de "Contas a receber"**

				Vencidos
Condição	**> 91**	**90 – 61**	**60 – 31**	**30 – 1**
Valor	159.152	46.755	–	1.344.122

				A vencer	
Condição	**0 – 30**	**31 – 60**	**61 – 90**	**> 90**	**Total**
Valor	10.656.643	2.752.736	40.330	176.609	**15.176.347**

Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa é de R$ 159.152 (R$ 160.735 em 31/12/2024). São considerados os títulos que estão vencidos e que possam apresentar algum risco de recebimento. A seguir está demonstrada a movimentação da PECLD:

	2025	2024
Saldos iniciais	**(160.735)**	**(142.917)**
(+) Adições	–	17.818
(–) Reversão	(1.583)	–
Saldos finais	**(159.152)**	**(160.735)**

7. Estoques:

Descrição	2025	2024
Matéria–prima	11.555.024	7.080.815
Estoque em elaboração	4.401.246	3.318.245
Produtos acabados	6.541.985	4.928.653
Importações em andamento	1.487.025	2.387.614
Obsolescência **(a)**	(2.237.882)	(1.827.079)
	21.747.399	**15.888.249**

O Aumento nos estoques se deu em virtude de dois principais fatores, sendo o primeiro, implantação de um novo procedimento de redução de prazo de fabricação e entrega para os clientes, e por esse motivo aumentou os níveis dos estoques haja visto que aumentaram as importações e compras no geral para atender a essa demanda. E outro fator é que muitas entregas que estavam previstas para dezembro, aconteceram apenas em janeiro. **(a)** Estimativa de Perda por Obsolescência foi realizada nos produtos que não tiveram movimentação nos últimos 12 meses, para identificar potenciais perdas sobre a dificuldade de venda dos produtos, uso de componentes ou matéria prima.

8. Tributos a recuperar:

Descrição	2025	2024
IPI	73.161	202.436
ICMS	495.348	165.890
COFINS	196.480	327.899
PIS	42.571	71.090
CSLL	65.493	140.167
IRPJ	–	180.775
Certificado crédito PPB	887.736	1.702.817
	1.760.789	**2.791.073**

9. Adiantamentos:

Descrição	2025	2024
Adiantamento a empregados	77.180	13.704
Adiantamento de viagens	587	1.032
Adiantamento a prestadores de serviços	329.421	64.012
	407.189	**78.748**

10. Imobilizado:

Custo	Instalações e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Direito de Uso (imóvel alugado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**983.327**	**2.232.548**	**47.400**	**2.358.235**	**5.621.510**
Adições	76.131	221.687	–	–	**297.818**
Baixas	(35.000)	(75.633)	–	–	**(110.633)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.024.457**	**2.378.602**	**47.400**	**2.358.235**	**5.808.694**
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(708.276)**	**(1.692.386)**	**(47.400)**	**–**	**(2.448.062)**
Depreciação do ano	(52.216)	(217.008)	–	(479.641)	**(748.865)**
Baixa de imobilizado	–	75.543	–	–	**75.543**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(760.492)**	**(1.833.851)**	**(47.400)**	**(479.641)**	**(3.121.384)**
Valor líquido do imobilizado					
Em 31 de dezembro de 2023	275.052	540.162	–	2.318.264	**3.133.478**
Em 31 de dezembro de 2024	263.965	544.751	–	1.878.594	**2.687.309**

Custo	Instalações e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Direito de Uso (imóvel alugado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.024.457**	**2.378.602**	**47.400**	**2.358.235**	**5.808.694**
Adições	23.743	338.373	43.000	1.254.934	**1.660.050**
Baixas	(7.320)	(43.707)	–	(476.641)	**(527.668)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.040.970**	**2.673.267**	**90.400**	**3.136.528**	**6.941.166**
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(760.492)**	**(1.833.851)**	**(47.400)**	**(479.641)**	**(3.121.384)**
Depreciação do ano	(46.862)	(218.810)	(2.150)	(544.665)	**(812.487)**
Baixa de imobilizado	121	40.193	–	479.641	**519.965**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(807.233)**	**(2.012.469)**	**(49.550)**	**(544.665)**	**(3.413.906)**
Valor líquido do imobilizado					
Em 31 de dezembro de 2024	263.965	544.751	–	1.878.594	**2.687.309**
Em 31 de dezembro de 2025	233.737	660.799	40.850	2.591.873	**3.527.260**

11. Intangível:

Custo	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.025.887**	**1.025.887**
Adições	60.874	60.874
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.086.762**	**1.086.762**
Amortização acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(850.990)**	**(850.990)**
Amortização do ano	(69.022)	(69.022)
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(920.013)**	**(920.013)**
Valor líquido do intangível		
Em 31 de dezembro de 2023	174.898	174.898

Custo	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2024	166.749	166.749

Custo	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.086.762**	**1.086.762**
Adições	30.195	30.195
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.116.957**	**1.116.957**
Amortização acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(920.013)**	**(920.013)**
Amortização do ano	(60.542)	(60.542)
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(980.554)**	**(980.554)**
Valor líquido do intangível		
Em 31 de dezembro de 2024	166.749	166.749
Em 31 de dezembro de 2025	136.402	136.402

A Companhia utiliza em sua escrituração contábil o método linear de depreciação/amortização, ou seja, a depreciação/amortização em cada período é sempre igual e corresponde à depreciação total dividida pelo número de períodos da vida útil prevista. Este é o método mais comum utilizado pelas empresas, por ser o método utilizado para a escrituração fiscal das empresas. Não é utilizado o conceito de "Valor Residual" para o cálculo da depreciação/amortização, por política da empresa, pois não possui em seu imobilizado/intangível, máquinas pesadas de transformação, ou valores significativos de intangíveis, conforme seu Estatuto Social permite, toda industrialização é feita em terceiros, internamente é feito o processo de integração das partes e peças adquiridas. Dessa forma o maior valor refere-se a computadores e periféricos, que não estão ligados a produção.

12. Empréstimos e financiamentos:

Descrição	2025	2024
Financiamentos de Curto Prazo (BNDES – DEEP Learning)	–	469.686
	–	**469.686**

Refere-se a um contrato de financiamento, com o objetivo era de custear o desenvolvimento de novo produto da CAS. O contrato tinha o montante de R$ 4.650.400, porém a captação é contraprestacional, sendo requerido até 24 meses da assinatura dele, com taxa pré-fixada de 2,4% a.a., e com prazo de pagamento de 60 meses após o período de carência de 24 meses, necessários para a obtenção dos valores, prestações de contas e desenvolvimentos dos produtos. A quitação do contrato aconteceu em junho de 2025, não havendo mais nada em aberto com o BNDES. **13. Arrendamento mercantil:** A Companhia mantém um contrato de arrendamento mercantil operacional, referente ao aluguel de imóvel utilizado na operação. O contrato possuí prazo médio de 5 (cinco) anos, com vencimento em abril de 2030, com pagamentos mensais fixos. Para fins de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os fluxos futuros foram descontados pela taxa equivalente a 14,25% ao ano, vigente na data de início do contrato, em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Descrição	2025	2024
Arrendamento mercantil – Direito de uso	2.645.000	2.035.393
	2.645.000	**2.035.393**
Passivo circulante	948.611	821.598
Passivo não circulante	1.696.389	1.213.795

A seguir o cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Descrição	2025
2025	–
2026	840.000
2027	840.000
2028	840.000
2029	840.000
2030	210.000
Ajuste a valor presente	(925.000)
	2.645.000

A companhia apura seus tributos PIS e COFINS pelo regime não cumulativo, possibilitando que parte do valor pago no arrendamento mercantil seja compensado dos tributos que serão recolhidos. Por estimativa futura, este valor é de aproximadamente R$ 244.662, em valor presente.

14. Fornecedores/contas a pagar:

Descrição	2025	2024
Produto/Componente **(*)**	1.918.825	1.234.489
Serviços	78.075	117.516
Outros	228.828	111.747
	2.225.728	**1.463.752**

(*) A Companhia possui operações de risco sacado junto a instituições financeiras, utilizadas como instrumento de gestão do capital de giro. Nessas operações, os fornecedores recebem antecipadamente os valores devidos, permanecendo a Companhia como devedora perante a instituição financeira nos mesmos valores dos documentos fiscais registrados, o saldo desta operação com os fornecedores em 31/12/2025 era de R$ 703.547. O prazo gira em torno de 30 dias.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social:

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2.067.626	2.597.261
Contribuição social	561.047	765.974
	2.628.673	**3.363.235**

16. Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
IPI	6.687	394.339
ICMS	8.344	338.391
PIS	28.194	162.405
ISS	159.456	268.011
COFINS	142.886	750.013
IRRF	25.982	9.237
INSS	1.549	1.497
CSLL	17.089	6.071
	390.187	**1.929.963**

17. Obrigações trabalhistas:

Descrição	2025	2024
Salários	301.858	287.136
INSS	286.598	249.267
FGTS	88.308	79.309
Indenizações	–	1.340
IRRF sobre salários	192.525	180.403
Pró–labore	15.997	16.975
Contribuição Sindical	980	688
Pensão alimentícia	–	628
Provisão de férias	1.057.168	983.963
INSS	280.912	261.548
FGTS	83.808	78.028
	2.308.152	**2.139.286**

18. Partes relacionadas: Conta corrente entre companhias: Foi instituída conta corrente intercompanhias, a ser utilizada entre as empresas integrantes do grupo econômico, com a finalidade de registrar e controlar transferências de recursos, adiantamentos e pagamentos especiais, sempre que necessário. Para fins de governança e controle, fica estabelecido que: **(i)** As movimentações registradas na referida conta corrente não caracterizam contrato de mútuo, constituindo-se apenas em instrumento de controle interno, sem incidência de juros, salvo deliberação futura expressa em assembleia; **(ii)** A empresa CAS Participações S.A. será responsável pela centralização das decisões financeiras da controlada CAS Tecnologia S.A., bem como pela coordenação das movimentações entre as empresas do grupo; **(iii)** A administração manterá controles contábeis específicos, com conciliações periódicas e elaboração de relatórios internos, os quais serão disponibilizados aos sócios/acionistas sempre que solicitados; **(iv)** A presente deliberação entra em vigor nesta data e permanecerá válida até que nova deliberação em sentido contrário seja formalmente aprovada.

Remuneração dos administradores:

Descrição	2025	2024
Pró–Labore	489.445	465.769
	489.445	**465.769**

A remuneração dos Administradores da Companhia é efetuada via *pró-labore*. Sendo que não há nenhum tipo de remuneração variável atrelado a desempenho da Companhia. São concedidos aos diretores os benefícios de plano de saúde com direito a um dependente e linha de comunicação pessoal. Não temos outras relações ou transações com partes relacionadas. **19. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais não foram constituídas provisões. Anualmente, a Administração da Companhia efetua a revisão das contingências conhecidas e avalia as possibilidades de perdas, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e demais dados disponíveis nas datas dos balanços, como a natureza e sua experiência histórica nos processos: **• Contingências cíveis:** a Companhia está sujeita a auditorias regulares pelas autoridades responsáveis pela supervisão do cumprimento das leis aplicáveis. Podem também surgir litígios com fornecedores em decorrência de interpretações divergentes das disposições legais ou contratuais; **• Contingências trabalhistas:** a Companhia é parte em processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-funcionários envolvendo basicamente diferenças salariais, multas convencionais e PLR; **• Contingências tributárias:** são representadas, basicamente, por autuações estaduais e federais que se encontram com processos em julgamento. Referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação da legislação tributária. Os valores dos processos na esfera trabalhista em andamento, advindos do curso normal das operações da Companhia, foram classificados como de risco de perda possível por seus assessores jurídicos, totalizam R$ 116.164 em 31 de dezembro de 2025 (R$ R$ 129.164 em 2024).

Número do processo	Objeto	Tipo	Provável	Possível	Remota
Trabalhistas/ previdenciários					
1001613–66.2024.5.02.0341	Pedidos de horas extras até 7/2023 e rescisão indireta pela alteração do turno de trabalho, impedindo uma outra atividade durante o período diurno.	Perda	–	116.164	–
Total geral		R$	**–**	**116.194**	**–**

Foram baixadas as provisões como perda provável no valor de R$ 350.436 em virtude de processo cível ter finalizado (saldo de R$ 350.436 em 2024), não há saldo provável para registro:

Descrição	2025	2024
Provisão para demandas judiciais	–	350.436
	–	**350.436**

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

20. Outras contas a pagar:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos de clientes	891.532	900.455
Comissões	774.506	1.101.185
Outros	12.417	125.777
1.678.455	**2.127.417**	

20.1. Política de comissões: As comissões não são garantidas por assinatura de contratos, elas são reconhecidas quando a receita é gerada/reconhecida no momento da competência. Após o reconhecimento, elas são armazenadas na conta do passivo de provisão de comissão. Quando a receita é efetivamente recebida (caixa), existe uma transferência da conta de provisão de comissão para comissão a pagar, também no passivo, e no mês subsequente é paga ao representante comercial. Temos contratos firmados com representantes comerciais nas regiões nordeste e sudeste do país, em que as condições e obrigações existentes seguem a legislação brasileira, não mantendo qualquer vínculo de emprego ou responsabilidade solidária. **21. Patrimônio líquido:** Os instrumentos financeiros de emissão da Companhia (ações) são classificados no patrimônio líquido. **a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 1.470.588 ações ordinárias, 385.093 ações preferenciais classe A, 2.250 ações preferenciais Classe B e 64.540 ações preferenciais Classe C. As ações ordinárias dão direito a um voto na Assembleia Geral, além de dividendos ordinários. Ações preferenciais classe A dão direito a um voto para um grupo de 10 ações, e 10% de dividendos adicionais em relação às ações ordinárias. As ações preferenciais Classe B dão direito a dividendos fixos, mas sem direito a voto. As ações preferenciais classe C dão direito aos mesmos dividendos na forma de ações ordinárias, mas sem direito a voto. **b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída necessariamente pela Companhia, até atingir 20% do capital social, quando deixar de ser aumentado. **c) Reserva de lucros:** A reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 foi destinada inteiramente para dividendos, conforme determinação da Lei 15.270/2025, que decide tributar com o Imposto de Renda todos os dividendos que não forem destinados até o exercício de 2025.

	Reserva de retenção de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**16.924.183**
Lucro líquido do exercício	23.913.141
Constituição de reserva de legal	(414.296)
Reversão de dividendos	5.094
Retenção de lucros	–
Dividendos deliberados aprovados em 2025	(33.390.590)
Dividendos antecipados Classe B	(7.037.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**–**

A companhia respeita as normas previstas na Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e demais legislações aplicáveis, assegurando que a distribuição de lucros aos acionistas ocorre dentro dos limites estabelecidos e sem comprometer a continuidade operacional da empresa, possuindo um Plano de Investimento previamente aprovado, conforme exigido pela legislação, visando a sustentabilidade financeira e o crescimento da empresa. Os limites de reserva legal também foram observados, conforme os termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76, destinando 5% do lucro líquido até atingir 20% do capital social. Dessa forma, a empresa assegura que todas as práticas contábeis e societárias adotadas estão em conformidade com as normas aplicáveis, garantindo transparência e segurança aos seus sócios e demais interessados. A companhia distribuiu dividendos da seguinte forma: R$ 16.929.277 referente aos valores acumulados até o exercício de 2024 e R$ 23.498.844 referente dos lucros apurados no período de janeiro de 2025 até dezembro de 2025, ambas aprovadas dentro do exercício social através de assembleia geral extraordinária em 30 de abril de 2025 e 12 de dezembro de 2025 respectivamente. Os dividendos distribuídos em 31 de dezembro de 2025, totalizam o montante de R$ 33.390.590, conforme composição de saldo abaixo:

Movimentação dos Dividendos a pagar 2025 (R$)	Valor
Saldo inicial de 2024	4.978.656
Reversão de dividendos	(5.094)
Pagamentos dividendos + antecipação Classe B	(12.011.093)
Lucro acumulados	16.929.277
Lucro do Exercício 2025	23.498.844
	33.390.590

Ajuste a valor presente 2025 (R$)	Valor
Saldo dos dividendos 2025	33.390.590
Ajuste a valor presente	(9.037.164)
	23.353.426

A seguir o cronograma de pagamentos:

Período (R$)	2025	2025 (Valor Presente)
2026	5.643.092	4.944.388
2027	5.643.092	4.371.456
2028	22.104.406	14.987.582
	33.390.590	**23.353.426**

22. Receita:

Descrição	2025	2024
Venda de produtos	92.783.210	72.359.527
Prestação de serviços	24.539.393	31.138.945
(–) ISS	(722.324)	(912.544)
(–) ICMS	(9.487.403)	(7.116.814)
(–) IPI	(6.264.686)	(5.086.873)
(–) PIS	(1.462.805)	(1.344.011)
(–) COFINS	(6.737.771)	(6.190.596)
(–) Devoluções de vendas	(2.360.258)	(3.036.131)
	90.287.455	**79.811.504**

23. Custos:

Descrição	2025	2024
Custo dos produtos	(29.873.007)	(24.332.459)
Custo dos serviços	(11.366.140)	(10.536.898)
	(41.239.146)	**(34.869.357)**

24. Despesas administrativas e gerais:

Descrição	2025	2024
Mão de obra	(18.580.356)	(16.151.723)
Operação	(5.511.154)	(5.520.994)
Comunicação	(327.900)	(293.659)
Depreciação e amortização	(832.716)	(759.194)
Material de escritório	(483.695)	(284.726)
Cursos e treinamentos	(59.469)	(63.016)
Outros	(151.554)	(141.411)
	(25.946.844)	**(23.214.723)**

(a) No exercício findo em 2025, os gastos com P&D, com natureza de manutenção de estrutura de tecnologia e software da Companhia, totalizaram o montante de R$ 8.765.924.

25. Receitas e despesas financeiras:

Descrição	2025	2024
Descontos obtidos	32.778	12.969
Receita de aplicações financeiras	4.264.804	2.213.933
Juros	7.756	30.182
Variação cambial	432.607	297.814
Receitas financeiras	**4.737.946**	**2.554.898**
Tarifas bancárias	67.562	58.039
Juros pagos	296.238	310.957
Descontos concedidos	22.780	109.151
Variação cambial	519.381	–
IOF	5.310	5.778
Despesas financeiras	**911.272**	**483.925**
	3.826.674	**2.070.973**

26. Outras receitas:

Descrição	2025	2024
Certificado de Crédito PPB **(a)**	6.111.759	5.561.214
Provisões perdas prováveis **(b)**	1.582	(17.818)
Baixa de Imobilizado **(c)**	(19.585)	(35.090)
Outras receitas e despesas	**6.093.757**	**5.508.306**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

CAS Tecnologia S.A.

(a) Segundo a Lei da Informática, trimestralmente é apurado um crédito para compensação de tributos federais, com base no faturamento dos produtos incentivados e investimentos realizados; **(b)** Provisões de perdas prováveis operacionais, segundo parecer dos advogados, conforme Nota Explicativa n° 19; **(c)** Baixa de ativo imobilizado. **27. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e Contribuição Social foram calculados utilizando o método de lucro real em 2025 e 2024, que considera o lucro contábil, adicionando e excluindo rubricas conforme a legislação tributária vigente, mantendo o mesmo regime de apuração do ano de 2024. Os valores cobrados de imposto de renda e contribuição social representam nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	(Lucro Real)	(Lucro Real)
Cálculo de IRPJ/CSLL	**2025**	**2024**
Base de Cálculo – Lucro antes do IRPJ e CSLL	**33.021.895**	**29.306.705**
Alíquota 34%	11.227.444	9.964.280
(+) Adições		
Corte nas receitas	311.893	557.747
Doações	22.768	41.281
Provisões contábeis	139.673	253.194
Outros	221.853	–
(–) Exclusões		
Corte nas receitas	(557.747)	(311.893)
Certificado de crédito PPB	(2.077.998)	(1.890.813)
Provisões contábeis	(179.134)	–
Outros	–	(269.854)
Imposto de renda e Contribuição Social durante o período	**9.108.754**	**8.343.942**
Alíquota efetiva	**28%**	**28%**

28. Instrumentos financeiros: 28.1. Análises dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, a administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **28.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos. **28.3. Classificação contábil e valores justos:** A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo não foram incluídos em virtude de o valor contábil ser uma aproximação razoável do valor justo:

		2025		2024	
Ativos	**Nota**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.085.279	–	25.650.136	–
Aplicações financeiras	5	–	–	470.706	–
Contas a receber	6	15.017.195	–	21.924.457	–
		44.102.473	**–**	**48.045.299**	**–**

		2025	2024
Passivos	**Nota**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**
Financiamentos	12	–	469.686
Fornecedores	14	2.225.728	1.463.752
Outras contas a pagar	20	1.678.455	2.127.417
		3.904.183	**4.060.855**

28.4. Risco de mercado: a) Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a taxa de juros flutuantes relativas a empréstimos captados no mercado (CDI e TJLP) e aplicações financeiras (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas as taxas divulgadas pelo mercado, cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas taxas, e os impactos de redução no resultado da Companhia. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, em 2025:

Ativos financeiros	**Fator de risco**	**Valor base**	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Aplicação financeira	CDI (Redução)	28.395.693	4.447.734	2.223.867	1.111.934
		28.395.693	**4.447.734**	**2.223.867**	**1.111.934**

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada, na projeção foi utilizada a taxa de CDI referente a dez/25 (1,22%). **b) Exposição a riscos cambiais:** O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores da China e da Europa, expondo a Companhia às flutuações do câmbio destas moedas, mas no fechamento dos exercícios, não havia saldo para divulgação. A Companhia contratou para as operações acima um hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações. A operação de hedge cobriu toda a parte das obrigações em euros. **29. Cobertura de seguros:** Face à natureza de suas atividades e à centralização das suas instalações, a Sociedade adota política de contratar cobertura de seguros (vigentes até 20 de junho de 2026) com base no conceito securitário de "perda máxima provável", o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento. Os valores de coberturas em 31 de dezembro de 2025 eram os seguintes:

Ativo	**Tipos de cobertura**	**Valor de cobertura (limites) R$**
Incêndio, Queda de Raio, Explosão	Resp. civil geral	40.000.000
Danos elétricos	Resp. civil geral	200.000
Despesas fixas	Resp. civil geral	2.500.000
Perda de aluguel	Resp. civil geral	500.000
Tumultos	Resp. civil geral	50.000
Subtração de bens	Resp. civil geral	350.000
Responsabilidade Civil Estabelecimentos	Resp. civil geral	500.000
Quebra de vidros	Resp. civil geral	90.000
Recomposição predial	Resp. civil geral	200.000
Responsabilidade Civil Empregador	Resp. civil geral	300.000
Equipamentos eletrônicos subtração	Resp. civil geral	150.000
Home Office	Resp. civil geral	100.000

(*) O valor máximo de todas as indenizações pagas pela presente apólice em todos os sinistros, não poderá exceder ao limite: • R$ 40.000.000 para danos materiais. A suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

À DIRETORIA

Renato Vila Nova - *Contador - CRC nº 1SP270196-O-1*

Sidney dos Santos Silva - *Contador - CRC nº 1SP205.672/O-4*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **CAS Tecnologia S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **CAS Tecnologia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAS Tecnologia S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador
CRC 1 SP 244496/O-5

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo